

A PESQUISA QUALITATIVA E A HISTÓRIA DE VIDA

Maria Angela Silveira Paulilo*

RESUMO

Este artigo destaca a importância da pesquisa qualitativa para os estudos interpretativos e discute a história de vida como uma de suas ferramentas mais valiosas quando se trata de analisar a interseção entre a vida individual e o contexto social.

Palavras-chave: Pesquisa Qualitativa; História oral; História de vida;

O debate quantitativo-qualitativo nas ciências sociais é ainda um debate aberto. O cotejamento de SANCHES e MINAYO (1993) nos fornece alguns elementos de diferenciação entre as duas abordagens.

A investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem com campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Estes autores consideram que, do ponto de vista metodológico, não há contradição assim como não há continuidade entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. Consideram ainda que, do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas

* Assistente Social, Professora do Departamento de Serviço Social da Uel, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP

abordagens é mais científica do que a outra. Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa não se torna “objetiva” e, portanto, “melhor”. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade de um determinado fenômeno.

Em resumo, pode ser dito que ambas são de natureza diferenciada, não excludentes e podem ou não ser complementares uma à outra na compreensão de uma dada realidade. Se a relação entre elas não é de continuidade, tampouco elas se opõem ou se contradizem. Somente quando as duas abordagens são utilizadas dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento.

Isto posto, cabe apresentar as características particulares apresentadas pela investigação qualitativa.

O universo não passível de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação é o campo, por excelência, das pesquisas qualitativas. A imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem, é condição essencial para o seu desenvolvimento. Através dela, consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo.

Entre suas características encontram-se as mencionadas por CHIZOTTI (1991), quais sejam, a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

VELHO (1978), discutindo a identificação da antropologia com os métodos qualitativos de pesquisa, reforça que o envolvimento inevitável com o objeto de estudo não constitui defeito ou imperfeição dos métodos utilizados. Sendo o pesquisador membro da sociedade, cabe-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. Mesmo

assim, a realidade, familiar ou inusitada, será sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, o que não invalida seu rigor científico, mas remete à necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa.

CHARTIER (1996), em texto no qual discute a visão do historiador modernista, reforça esta posição quando afirma que a proximidade, longe de ser um inconveniente, permite um melhor entendimento da realidade estudada. São suas palavras:

“(...) o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. (...) Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói” (Chartier, 1996:216).

PORTELLI (1997), discutindo a importância da história oral, recurso de muitas pesquisas qualitativas, nos diz que é a subjetividade do expositor que fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual. A história oral, mais do que sobre eventos, fala sobre significados; nela, a aderência ao fato cede passagem à imaginação, ao simbolismo.

DAMATA (1978) igualmente endossa esta postura quando se refere à relação entre sujeito e objeto nos estudos etnográficos:

“(...) para distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade” (DAMATA, 1978:35)

Esta posição reativa, permitida pela interação com e entre os sujeitos da pesquisa, afigura-se como particularmente relevante neste campo de estudo.

Uma crítica constante à abordagem qualitativa é aquela que diz respeito ao rigor do método utilizado, ou seja, à problemática da validade e da verificação nas ciências sociais, em outras palavras, da questão da cientificidade e da suposta fragilidade da pesquisa qualitativa nesta esfera. Embora se aceite, como já foi dito, que a produção intelectual é sempre um ponto de vista a respeito do objeto, DEMO (1986) levanta critérios de cientificidade internos e externos para que um trabalho seja considerado científico.

Os critérios internos seriam a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação. A coerência significaria a argumentação lógica, concatenada, premissas iniciais, construção do discurso e conclusões congruentes entre si. A consistência traduz-se na capacidade de resistir a argumentações contrárias; refere-se à qualidade argumentativa do discurso. A originalidade diz respeito a uma produção inovadora, que permite ao conhecimento avançar. A objetivação é a palavra empregada por DEMO para substituir o conceito de objetividade, uma vez que não aceita a possibilidade de um conhecimento objetivo. E tem por significado a tentativa de reproduzir a realidade o mais próximo possível do que é, ou seja, expressa a busca de uma aproximação cada vez maior ao objeto que se pretende estudar e compreender.

DEMO (1986) aponta como critério externo de cientificidade, a intersubjetividade, significando “*a ingerência da opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar de demarcação científica*” (p.17), em outras palavras, a vigência do argumento de autoridade em ciência. O autor, alerta, portanto, para a necessidade de visualizar a ciência como produto social, histórico e em processo de formação. Acrescenta ainda que toda discussão aberta de demarcação científica trará mais problemas que soluções uma vez que a ciência dá soluções apenas à medida que levanta sempre novos problemas.

MINAYO (1993) complementa que admitir que o trabalho científico pressupõe a cooperação de numerosos esforços individuais e submeter o produto do conhecimento à interface das discussões indicam somente que a pluralidade de perspectivas permite lançar diferentes focos de luz a respeito do objeto estudado e não que a

verdade seja o resultado dos pontos de vista dos vários estudiosos. A autora acrescenta ainda que a comparação seria um dos recursos utilizados para tornar mais universal o saber sobre determinado grupo cultural e a triangulação se constituiria em uma prova eficiente de validação. O método da triangulação tem em DENZIM (1970, 1989) um de seus maiores defensores e consiste em uma estratégia de combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista através do trabalho conjunto de vários pesquisadores, de múltiplos informantes e múltiplas técnicas de coleta de dados.

No entanto, SILVERMAN (1993) aponta que o maior problema com a triangulação, como um teste de validação é que, em contrapondo diferentes contextos, ela ignora características peculiares a estes contextos e o caráter criativo da interação social.

Segundo SPINK (1993, 1994), quando se fala em objetividade na pesquisa qualitativa, dois elementos são considerados: a fidedignidade e a validade dos resultados obtidos. A autora apoia-se em KIRK e MILLER (1986) que distinguem três tipos de fidedignidade: a primeira seria a fidedignidade quixotesca que acontece quando o mesmo instrumento gera repetidamente a mesma informação; a segunda refere-se à fidedignidade diacrônica, associada à estabilidade da observação no tempo; e finalmente, a fidedignidade sincrônica, ou seja, aquela que inclui o uso de diferentes instrumentos e medidas. Segundo a autora é esta terceira modalidade que tem maior relevância na pesquisa qualitativa de fenômenos sujeitos à historicidade e dela resulta o uso de múltiplas técnicas e instrumentos para analisar o mesmo fenômeno.

No entanto, a autora coloca que a questão da validade como busca da essência do fenômeno, pressuporia realidades e concepções únicas. Considera, portanto, ser a triangulação uma estratégia de enriquecimento da pesquisa e não de sua validação, uma vez que compreende ser a realidade “*caleidoscópica*” e aceita serem os métodos para interpretá-la múltiplos e variáveis.

PERÄDYLÄ (1997) discute a questão da fidedignidade e validação em pesquisas baseadas em gravações e transcrições. Embora seu texto trate mais especificamente de pesquisas de análise de conversação (*conversation analytic research*) em um contexto institucional, a autora aponta alguns aspectos interessantes para a pesquisa qualitativa que inclui a fala dos participantes. No que concerne

à fidedignidade, a autora considera que seus aspectos essenciais envolvem a seleção do que é gravado, a qualidade técnica da gravação e a fidelidade das transcrições. Duas formas de validação, entre outras sugeridas pela autora, são particularmente relevantes: o curso da conversação (*the next turn*) e a generalização dos resultados analíticos da conversação.

O curso da conversação permite que o interlocutor confirme sua compreensão a respeito dos significados das expressões utilizadas pelo entrevistado. Em outras palavras, a continuidade da entrevista mostrará se entrevistador e entrevistado atribuem o mesmo significado àquilo que está sendo dito, o que contribui para fortalecer a interpretação do entrevistador e para dar maior sustentação a sua análise.

Quanto à generalização de resultados, PERÄKYLÄ (1997) comenta que muitos estudos de análise de conversação são baseados em um universo composto por um número relativamente pequeno de participantes e pergunta se tais estudos podem ser, de alguma maneira, generalizáveis ou têm o direito de reivindicar uma relevância mais ampla. Segundo a autora, a questão da generalização pode ser abordada a partir de uma direção diferente de seu caráter distributivo e o conceito de *possibilidade* é a chave para isto. Práticas sociais que são possíveis, isto é, práticas que implicam em possibilidades de uso da linguagem são os objetos centrais de toda análise de conversação. Há uma grande probabilidade de estas práticas poderem ser generalizáveis enquanto possibilidades. Neste caso, os resultados não podem ser generalizados em termos de descrições do que as pessoas fazem; são, no entanto, generalizáveis em termos de descrições do que as pessoas *podem fazer*. É, portanto, neste sentido, o da possibilidade da ocorrência, que resultados qualitativos podem ter a questão da generalização empregada como forma de validação.

A pesquisa qualitativa não tem, assim, a pretensão de ser representativa no que diz respeito ao aspecto distributivo do fenômeno e se alguma possibilidade de generalização advier da análise realizada, ela somente poderá ser vista e entendida dentro das linhas de demarcação do vasto território das possibilidades.

São muitos os métodos e as técnicas de coleta e análise de dados em uma abordagem qualitativa e, entre eles, a história de vida ocupa lugar de destaque. Através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite

que elementos do presente fundam-se a evocações passadas. Podemos, assim, dizer, que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado. É o que, em outras palavras, nos diz SOARES (1994) quando discute as articulações entre os conceitos vida e sentido:

“Somente a posteriori podem-se imputar, aos retalhos caóticos de vivência, as conexões de sentido que os convertem em ‘experiência’” (SOARES, 1994:23).

Cabe lembrar que deve-se estar ciente dos avanços e recuos, da cronologia própria, e da fantasia e idealização que costumam permear narrativas quando elas envolvem lembranças, memórias e recordações. FARIAS (1994) adverte que as entrevistas de história de vida trabalham com memória e, portanto, com seletividade, o que faz com que o entrevistado aprofunde determinados assuntos e afaste outros da discussão. No entanto, como nos diz BOSI (1994), o que interessa quando trabalhamos com história de vida é a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende seja *sua*, a vida assim narrada.

QUEIROZ (1988) coloca a história de vida no quadro amplo da história oral que também inclui depoimentos, entrevistas, biografias, autobiografias. Considera que toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos e, embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que narrar. A autora vê na história de vida uma ferramenta valiosa exatamente por se colocar justamente no ponto no qual se cruzam vida individual e contexto social.

HAGUETTE (1987) considera que a história de vida, mais do que qualquer outra técnica, exceto talvez a observação participante, é aquela capaz de dar sentido à noção de processo. Este “*processo em movimento*” requer uma compreensão íntima da vida de outros, o que permite que os temas abordados sejam estudados do ponto de vista de quem os vivencia, com suas suposições, seus mundos, suas pressões e constrangimentos.

CAMARGO (1984) complementa que o uso da história de vida possibilita apreender a cultura “*do lado de dentro*”; constituindo-se

em instrumento valioso, uma vez que se coloca justamente no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e aquilo que ele traz dentro de si. O mesmo pensa CIPRIANI (1988) quando considera o *“livre fluir do discurso”*, condição indispensável para que vivências pessoais desponham profundamente entranhadas no social, o processo de *“escavação do microcosmo”* deixa entrever o *“macrocosmo”*, o universal mostra-se invariavelmente presente no singular.

BECKER (1994) acrescenta que a história de vida aproxima-se mais do *terra a terra*, a história valorizada é a *história própria* da pessoa, nela são os narradores que dão forma e conteúdo às narrativas à medida que interpretam suas próprias experiências e o mundo no qual são elas vividas.

Diz-nos DENZIM (1984) que a temporalidade é básica no estudo das vidas e distingue duas formas de temporalidade. O tempo mundano relacionado a presente, passado e futuro como horizonte temporal contínuo e o tempo fenomenológico que é o tempo como fluxo contínuo, é o tempo interior, contínuo e circular. Diz ainda que uma vida pode ser mapeada em termos de episódios cruciais de cujo manejo resultam os seus significados. E, contando delas, as pessoas contam mais do que uma vida, elas contam a vida de uma época, de um grupo, de um povo. Apoiando-se em SARTRE, comenta o autor:

“As pessoas comuns universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem. Elas são exemplos singulares da ‘universalidade da história humana’” (SARTRE, 1981:43 apud DENZIM, 1984:30).

A definição de história de vida dada por GOY (1980) complementa os vários elementos já apontados pelos autores acima cotejados. Ele, assim, acrescenta ser a história de vida *“um arquivo entrelaçando o verdadeiro, o vivido, o adquirido e o imaginado”* (Goy, 1980:743 apud Pesce, 1987:154).

A história de vida pode ser, desta forma, considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do

componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos.

A história de vida é, geralmente, extraída de uma ou mais entrevistas denominadas entrevistas prolongadas, nas quais a interação entre pesquisador e pesquisado se dá de forma contínua, situação assim descrita por THIOLENT (1982):

“o entrevistador se mantém em uma ‘situação flutuante’ que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural, sem questionamento forçado”
(THIOLENT, 1982:86).

PORTELLI (1997a) nos lembra que a palavra entrevista, em uma grande diversidade de situações, dá - incorretamente - a idéia de uma perspectiva unilateral. No entanto, “entre-vista”, como o próprio nome diz, comporta mais do que uma única perspectiva.

Como nos dizem MARTINS & BICUDO (1989), a entrevista pode ser construída como um “*encontro social*”, cujas características, entre outras, seriam a empatia, a intuição e a imaginação; ocorre nela uma penetração mútua de percepções, sentimentos, emoções.

De fato, todas as entrevistas são formas especiais de conversação e, neste sentido, interativas. As narrativas produzidas podem ser limitadas, se resultantes de *surveys* com respostas fechadas, ou elaboradas como são os relatos orais de histórias de vida (HOLSTEIN & GUBRIUM, 1997); a diferença se estabelece nos níveis de interação criados. No âmbito das representações e da produção de sentido, as entrevistas são tratadas como encontros sociais, nos quais conhecimentos e significados são ativamente construídos no próprio processo da entrevista; entrevistador e entrevistado são, naquele momento, co-produtores de conhecimento. Participação, neste nível de interação, envolve ambos em um trabalho de produção de sentido, trabalho no qual o processo de produção de sentido é tão importante para a pesquisa como o é o sentido produzido.

Entre as técnicas de tratamento a serem dadas ao material coletado, distinguem-se as técnicas de análise de conteúdo, em particular, a análise da enunciação.

De acordo com BARDIN (1997), a análise da enunciação parte de uma concepção de discurso como palavra em ato, considera a produção da palavra como um processo.

“(...) na altura do produção da palavra, é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações. O discurso não é transposição transparente de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira. O discurso não é um produto acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições” (BARDIN, 1997:170).

Ainda segundo a autora, a análise da enunciação leva em consideração que, nas entrevistas, a produção da palavra é ao mesmo tempo espontânea e constrangida pela situação. Atenta para as condições de produção da palavra conformada pelos três pólos de um discurso - locutor, objeto do discurso e interlocutor - e apoia-se em três níveis de aproximação: as estruturas formais gramaticais, o arranjo do discurso e os elementos formais atípicos, como os silêncios, as omissões, os ilogismos. A concepção da comunicação como processo e o desvio das estruturas e dos elementos formais são duas grandes características que diferenciam a análise da enunciação de outras técnicas de análise de conteúdo.

Assim sendo, a entrevista aberta é o material privilegiado da análise da enunciação e esta análise apoia-se basicamente na análise da lógica do discurso, ou seja, na dinâmica da entrevista e nas figuras de retórica. Figuras de retórica, tais como o paradoxo e a metáfora são indicadores preciosos para a compreensão e interpretação do discurso.

Outro elemento importante neste tipo de análise é o fato de que cada entrevista é tomada na sua totalidade, compondo um discurso único e singular. Cada entrevista é importante, diz-nos PORTELLI (1997), por ser *diferente* de todas as outras.

Cabe ainda uma observação relacionada aos limites da transposição das falas - perpassadas por sentimentos e emoções - nas palavras que as transcrevem. Este limite é apontado por QUEIRÓZ (1988) de forma muito clara, quando diz da dificuldade de transformar o “*indizível*” em “*dizível*”. Considera a autora que a passagem da “*obscuridade dos sentimentos para a nitidez do vocábulo*” é um primeiro enfraquecimento da narrativa, uma vez que a palavra não deixa de ser um “*rótulo classificatório*” utilizado para descrever uma

ação ou uma emoção. Lembra ainda que, assim como o desenho ou a palavra constituem uma reinterpretação do relato oral, o entrevistador, da mesma forma, reinterpreta aquilo que lhe foi narrado.

Pode-se, assim, tentar fazer o discurso escrito o mais fiel possível ao discurso falado. Fica, no entanto, muito presente que assim como os sonhos têm a ver com o sonhador, e as narrativas nos remetem ao narrador, nelas igualmente revela-se aquele que as interpreta e busca captar-lhes forma e sentido.

Apenas um comentário a mais: quando se fala em biografias, em histórias de vida, vêm-nos à cabeça pessoas ilustres, gente merecedora de reconhecimento público, seja pela autoridade que exerceram ou exercem, seja pelo prestígio que conseguiram seja pelo fascínio que provocaram ou provocam. Cogitamos, de imediato, sobre histórias fascinantes.

Nas pesquisas por mim realizadas foram inúmeros os ensinamentos que aprendi com meus entrevistados. Entre as muitas coisas aprendidas, destaco uma, aquela que me mostrou claramente que cada um de nós traz dentro de si uma história fascinante.

ABSTRACT

This paper outlines the relevance of the qualitative research for the interpretative studies and discuss the life history as a valuable tool when it brings to the fore the intersection between the individual life and the social context.

Key-words: Qualitative Research; Oral History; Life History

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. (1997) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BECKER, H. (1994) *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 2a. ed. São Paulo: Hucitec.
- BOSI, E. (1994) *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAMARGO, A. (1984) Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas. *dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.27, n.1, pp.5-28.
- CHARTIER, R. (1996) A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- CHIZOTTI, A. (1991) *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez.
- CIPRIANI, R. (1988) Biografia e Cultura - da religião à política. In: VON SIMSON, O (org.). *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice.
- DA MATA, R. (1978) O Ofício do Etnólogo ou como ter "Anthropological Blues". In: NUNES, E.O. (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DEMO, P. (1986) *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- DENZIM, N.K. (1970) *The Research Act in Sociology*. London: Butterworth.
- DENZIM, N.K. (1984) Interpretando as Vidas das Pessoas Comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. *dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.27, n.1, pp.29-43.
- DENZIM, N.K. (1989) *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

FARIAS, I.C.(1994) Um *troupier* na política: entrevista com o general Antonio Carlos Muricy. In: FERREIRA, M.M. (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

GOY, J. (1980) Histoire Orale. In: *Encyclopaedia Universalis*, suppl. p.743, Paris apud PESCE, A. (1987) Trajectoires de femmes dans la famille ouvrière. In: *Histoires de vies, Histoires de familles, Trajectoires sociales*. Paris: Annales de Vaucresson, n.26

HAGUETTE, T.M.F. (1987) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes.

HOLSTEIN, J.M. & GUBRIUM, J.F. (1997) Active Interviewing. In: SILVERMAN, D. *Qualitative Research: theory, method and practice*. London: Sage Publications.

KIRK, J. & MILLER, J. (1986) *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills, Califórnia: Sage, apud SPINK, M.J.P. (1993) O estudo empírico das Representações Sociais. In: SPINK, M.J.P. (org.) *O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

MARTINS, J. & BICUDO, M.A.V. (1989) *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes/ EDUC.

MINAYO, M.C.S. e SANCHES, O. (1983) Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp.239-262.

MINAYO, M.C.S. (1993) *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2.ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco.

PERÄKYLÄ, A. (1997) Reliability and Validity in Research Based on Transcripts. In: SILVERMAN, D. *Qualitative Research: theory, method and practice*. London: Sage.

PORTELLI, A. (1997) O que faz a história oral diferente. In: *Cultura e Representação*. São Paulo: Projeto História, no. 14. Educ.

PORTELLI, A. (1997a) Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Cultura e Representação*. São Paulo: Projeto História, n.14, Educ.

- QEIROZ, M.I. (1988) Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” . In: VON SIMSON (org.) *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice.
- SARTRE, J.P. (1981) *The Family Idiot: Gustave Flaubert, 1821-1857*. Chicago: University of Chicago Press, v.1, p.43 apud DENZIM, N. (1984) Interpretando as Vidas de Pessoas Comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. *dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.27, n.1 pp. 29 a 43.
- SILVERMAN, D. (1995) *Interpreting Qualitative Data: methods for analysing talk, text and interaction*. London: Sage.
- SOARES, L.E. (1994) *O Rigor da Indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- SPINK, M.J.P. (1993) O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*. v.9, n.3, pp.300-308.
- SPINK, M.J.P. (1994) Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: JOVCHELOVITCH, S. e GUARESHI, P. (orgs.) *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- THIOLLENT, M.J.M. (1982) *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis.
- VELHO, G.(1978) Observando o Familiar. In: NUNES, E.O. (org.) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.